



APROVADA
NA 544 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 543
24 de novembro de 1994
Hora: 11h 35m às 12h 40m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.311/Rev. 1).
3. Consideração das atas correspondentes às 537a., 538a. e 540a. sessões.
4. Projeto de orçamento de receitas e despesas da Associação para 1995.
5. Outros assuntos.
 - Encontro Regional de Instituições Financeiras e Entidades Bancárias (Caracas, 28-30 de novembro).
 - Constância da Representação da Colômbia.
 - Regulamento de Observadores.

Preside:

IGNACIO VILLASEÑOR

Assistem: Jesús Sabra, Noemí Gómez, Gustavo A. Moreno, Flaviano Gabriel Forte e Roxana Sánchez (Argentina), Antonio Céspedes e Roberto Emilio Finot (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Fernando Jacques de Magalhães Pimenta e Carlos E. de Ribas Guedes (Brasil), Antonio Urdaneta Guerrero e Elvira Pérez de De Castro (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Ignacio Villaseñor, Juventino Balderas e Dora Rodríguez Romero (México), Efraín Darío Centurión e Carlos Galeano Perrone (Paraguai), Efraín Saavedra Barrera e Pedro Bravo (Peru), Néstor G. Cosentino e José Roberto Muineló (Uruguai), Germán Lairé, Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretaria: Enrique de la Vega.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração.

Representação do MÉXICO (Juventino Balderas). Senhor Presidente, como foi mencionado na reunião privada que acabamos de concluir, o ponto da agenda que diz: "Outorga da suspensão temporária, etc. ...", desejaríamos que este tema ficasse como assuntos em pauta".

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Em função do debate da reunião de Representantes a nível informal sugerimos que seja incluído como ponto 5 o Regulamento de Observadores para ser aprovado.

PRESIDENTE. Em consideração a proposta argentina.

Não havendo oposição fica incorporado.

mas

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Pergunto ao distinto Embaixador Sabra se não teria inconveniente; desejaríamos ter previamente uma versão corrigida antes de aprovar este regulamento.

PRESIDENTE. Sim, há tempo para isto, é o penúltimo ponto da ordem do dia. Haveria oportunidade, Senhor Representante.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Então não haveria inconveniente.

PRESIDENTE. Fica APROVADA a ordem do dia.

Passamos ao segundo ponto.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.311/Rev. 1).

SECRETARIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, no documento mencionado, em poder dos Senhores Representantes, estão registradas as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão.

Após a publicação deste documento recebemos a nota 253, de 22 de novembro deste ano, da Representação da Argentina que será publicada mais adiante, referente às modificações no registro de assinaturas habilitadas para emitir certificados de origem.

Igualmente, desejamos manifestar que é incorporada a "assuntos em pauta" a nota da Representação do México, Nº 284, de 18 de novembro deste ano, referente à outorga da suspensão temporária das obrigações contidas no artigo 44 do Tratado de Montevideu 1980 solicitada pelo México.

E tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral.

3. Consideração das atas correspondentes às 537a., 538a. e 540a. sessões.

Em consideração.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, estamos em condições de aprovar os calhamços 537, 538 e a ata 540.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Certamente no registro desta sessão será substituída a palavra "calhamço" por "ata".

mas

Obrigado, Senhor Representante do Paraguai.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Obrigado, Senhor Presidente. Estamos no tema de aprovação de atas. Minha Representação fez algumas observações telefonicamente que não aparecem. Desejaria saber se estas serão registradas posteriormente. Mas, não é nada substantivo, trata-se de mudanças totalmente formais, mas desejaria que fossem registradas.

SECRETARIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, essas observações foram registradas pela Secretaria e serão incorporadas ao documento definitivo aprovado por este Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Senhor Presidente, dois pedidos: primeiro, que na versão em português dessas sessões não se use a palavra em espanhol "mamotreto" ou coisa assim, mas que use a palavra "atas". Em espanhol me permito deixá-lo a critério dos senhores. O segundo pedido é de informação. A Representação brasileira não tem conhecimento destas modificações formais solicitadas pela Representação boliviana. Talvez pudessem ser circuladas, não sei qual é o procedimento. Pergunto à Secretaria-Geral.

SECRETARIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, normalmente quando são de caráter formal se toma nota e são incluídas diretamente na Ata aprovada. Quando as modificações não são de forma, mas de fundo, se faz uma revisão da ata a consideração e é submetida novamente à aprovação do Comitê. Mas, se a Representação da Bolívia deseja, com muito prazer distribuiremos novamente a ata modificada.

PRESIDENTE. O Senhor Representante da Bolívia teria algum inconveniente em que as modificações de redação das atas, por ele propostas, fossem incorporadas diretamente à ata aprovada?

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Não há nenhum inconveniente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Bolívia.

A Presidência considera que com isto ficam APROVADAS as atas submetidas à consideração dos Senhores Representantes.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

mas

4. Projeto de orçamento de receita e despesas da Associação para 1995.

PRESIDENTE. Com relação a este ponto está em poder dos Senhores Representantes o documento ALADI/CR/dt 108/Rev. 1, de 19 de novembro de 1994, que submeto a sua consideração para depois votar o projeto de resolução correspondente.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, tenho entendido que o segundo parágrafo do artigo 13 tem uma nova redação; desejaria que a Secretaria tivesse a gentileza de lê-lo.

PRESIDENTE. Solicito à Secretaria-Geral que leia o segundo parágrafo do artigo treze.

SECRETARIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, damos leitura então ao segundo parágrafo do artigo 13, conforme as correções feitas na sessão privada.

Esse segundo parágrafo diria assim: "Os países-membros que não tiverem pagas as quotas anteriores ao ano de 1993 deverão pagá-las antes de 30 de junho de 1995. Caso contrário, o ou os países devedores apresentarão ao Comitê de Representantes alternativas para facilitar seu pagamento."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral. É o texto do segundo parágrafo do artigo treze, que ficaria compreendido, naturalmente, no projeto de documento para aprovação dos Senhores Representantes, que submeteria a votação caso não haja mais observações.

Pela afirmativa: Unanimidade.

Por conseguinte, APROVA-SE por unanimidade a Resolução 201, que faz parte da presente ata.

"RESOLUÇÃO 201

O COMITE de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os artigos 35, letra e, e 38, letra m), do Tratado de Montevideú 1980 e a Resolução 39 do VIII Conselho de Ministros,

CONSIDERANDO O relatório do Presidente da Comissão de Orçamento sobre o Orçamento de Receita e Despesas para o exercício de 1995; e

Que é faculdade do Comitê de Representantes aprovar o Orçamento anual da Associação,

mas

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Aprovar o Orçamento de Receita e Despesas da Associação para o exercício de 1995 por um montante total de US\$ 5.188.000, bem como as Normas de Execução e Controle Orçamentário, que constam em anexo à presente Resolução e fazem parte da mesma.

SEGUNDO.- Encomendar à Secretaria-Geral que, o mais tardar em 15 de março de 1995, apresente uma proposta do Orçamento de Receita e Despesas da Associação para o ano de 1996."(*)

Representação do BRASIL (Fernando Jacques de Magalhães Pimenta). A Representação do Brasil desejaria nesta oportunidade simplesmente reiterar o que manifestou na Comissão de Orçamento quando este tema foi examinado, bem como em sessões anteriores informais de Chefes de Representação, no sentido de que nos somamos ao consenso em torno da aprovação deste orçamento; e esta atitude reflete sobretudo a compreensão de nossa Representação com relação às dificuldades que algumas Representações manifestaram no decorrer dos trabalhos de consideração da proposta original da Presidência da Comissão de Orçamento.

Em nosso entender, para o Brasil, o percentual que se prevê para sua quota, 19,42 por cento, realmente foi uma concessão atendendo as dificuldades destas Representações. Em nosso entender esta quota não deveria ultrapassar 19 por cento. Somamo-nos ao consenso verificado, mas no entendimento, na expectativa de que esses números possam ser reconsiderados em uma próxima oportunidade, no próximo orçamento da Associação, porque efetivamente essas quotas, da forma em que ficaram, foram além do que nossa Representação desejava no início. Então, gostaria de deixar registrada esta posição brasileira neste momento.

Representação do URUGUAI (Néstor G. Cosentino). Desejariamos destacar, nesta oportunidade, que em todo o processo de estudo e discussão do projeto de orçamento para o ano de 1995 a Representação do Uruguai em todo momento mostrou sua melhor disposição e boa vontade para poder chegar a um acordo satisfatório para todos ou, pelo menos, aceitável para todos. No entanto, no momento de aprovar oficialmente o orçamento para 1995 temos instruções de fazer constar expressamente em atas que nos vamos permitir ler e entregar à Secretaria-Geral para que conste textualmente.

A constância é esta, Senhor Presidente: "A Representação do Uruguai, embora tenha aprovado o Orçamento da ALADI

(*) O texto completo da Resolução foi publicado e distribuído como documento ALADI/CR/Resolução 201.

para o ano de 1995, deve fazer constar expressamente que essa decisão teve a finalidade de contribuir para uma saída indispensável ao andamento da Associação durante o mencionado ano, sem que isso signifique compromisso para futuros exercícios. Manifestam que a consideração e a solução dada ao item receita para o orçamento de 1995 não está baseada em um estudo profundo e racional -baseado em certas variáveis absolutamente indispensáveis a serem levadas em conta- que permita determinar a correta contribuição de cada um dos países-membros. Portanto, destaca que a partir do Orçamento de 1996 a contribuição do Uruguai estará condicionada a que o mencionado tema deva ser definido levando em consideração os citados elementos de juízo.". Isso era o que queríamos fazer constar, Senhor Presidente.

Representação do PERU (Efraín Saavedra). A Representação peruana, depois de aprovar o orçamento, deseja também explicar seu voto e que conste em atas.

O Governo do Peru considera que a percentagem destinada a salários no orçamento de 1995 é ainda uma percentagem muito significativa do total -77,24 por cento-, fato que origina um desequilíbrio em prejuízo da cifra destinada às atividades de trabalho da ALADI.

Por este motivo, a Representação do Peru entende que é necessário empreender no mais breve prazo possível uma reestruturação integral da Secretaria-Geral da ALADI que contemple, como objetivo essencial, uma distribuição mais racional das despesas, adequando às novas tarefas que cumprirá a Associação, como eixo a partir do qual se desenvolverá o processo de articulação e convergência.

Considera, também, que a nova estrutura das contribuições dos países-membros também deverá ser analisada em função de critérios e objetivos que levem em conta, entre outros fatores, o volume do comércio geral dos acordos subscritos no âmbito da ALADI, bem como os benefícios que cada país-membro obtém das atividades e programas da Associação. Nesse sentido, o Governo do Peru deseja fazer constar que seu voto de aprovação ao orçamento de 1995 não implica uma aprovação dos montantes do orçamento de despesas nem das quotas destinadas ao Peru para exercícios posteriores a esse ano.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Desejo manifestar duas coisas. Primeiro, os reconhecimentos desta Missão Diplomática ao Embaixador Germán Lairé e ao Embaixador Néstor Cosentino, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Orçamento pelo magnífico esforço feito nos vários meses de trabalhos. Em segundo lugar, e de certa maneira coincidindo com o que em sua dimensão manifestou a distinta Representação do Brasil, também temos o mesmo critério no sentido de que, apesar de que nosso teto era

mas

1,50, em prol da harmonia, acedemos a 1,53, para conformar o orçamento que aprovamos.

Desejamos também que conste nosso esforço como país de menor desenvolvimento econômico nesse sentido.

Representação do EQUADOR (Humberto Jiménez). A Representação do Equador também deseja fazer constar expressamente, depois de aprovar-se o orçamento da Associação para o próximo ano que, em primeiro lugar, destacamos e valorizamos o trabalho desempenhado pelo Senhor Representante da Venezuela, Embaixador Lairer, na condução da Comissão de Orçamento. Sem essa condução cremos, e temos a certeza de que não teríamos chegado a este final positivo para a Associação.

Em segundo lugar, em relação ao processo seguido para a revisão das contribuições dos países-membros, consideramos o seguinte: o Oitavo Conselho de Ministros deu um mandato expresso através da Resolução 39 (VIII); a fim de dar cumprimento a esse mandato a Representação do Equador e seu Governo aceitaram uma contribuição de 1,53% do orçamento total. Acreditamos que com essa revisão das quotas concluiu esse processo a curto e médio prazos; e desse ponto de vista esta Representação atuará frente a qualquer proposta e exercerá os direitos que lhe confere o Tratado de Montevideu nos diferentes órgãos da Associação Latino-Americana de Integração.

Desejamos salientar também que este esforço do Governo Nacional foi feito apesar das circunstâncias graves que enfrenta o setor externo de nosso país. São por todos conhecidas as grandes dificuldades que enfrenta nosso país, os principais produtos de exportação de nosso país. Apesar disso, e com base no compromisso político assumido, aceitou-se incrementar nossa contribuição à ALADI.

Finalmente, manifestamos, como frisou a Representação do Peru, nosso interesse em que a Secretaria-Geral da ALADI faça o esforço de reestruturar, esforço de reestrutura que deve visar a tornar mais eficaz e eficiente a utilização dos recursos. De qualquer maneira, esse processo de reestrutura deverá ser feito através de medidas não traumáticas que respeitem os direitos do pessoal da Secretaria da ALADI.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Em primeiro lugar, para somar-me às expressões de reconhecimento para os ilustres Senhores Embaixadores da Venezuela e do Uruguai por seu trabalho e contribuição ao tema que agora está concluindo.

Em segundo lugar, conforme antecipamos na reunião precedente de caráter informal, a Bolívia deve fazer constar em atas que se identifica totalmente com o expresso pelo

mas

Senhor Embaixador do Uruguai. Minha pergunta formal é se posso adotá-la ou se devo passar por escrito uma constância. Se o Senhor Embaixador do Uruguai me permite, existe uma coincidência absoluta: posso aderir a ela? Caso contrário, passarei por escrito nossa posição.

Por outro lado, também desejo expressar meu beneplácito pelas reflexões dos Senhores Representantes do Peru e do Equador sobre seus pontos de vista adicionais.

Representação do MEXICO (Juventino Balderas). No mesmo sentido: para manifestar nosso reconhecimento aos Excelentíssimo Embaixadores do Uruguai e da Venezuela, que tiveram a seu cargo esta tarefa tão complicada, tão complexa e que levaram a uma excelente conclusão.

Igualmente, para manifestar, de forma muito parecida a outras Representações, no sentido de que tratando-se de esforços e de dinheiro não sabemos realmente quem não tenha que fazer sacrifícios; e nós também os fizemos. Nosso teto era 19 por cento, o relativo é 19,42 por cento. Não desejaríamos que isto fosse tomado como precedente e desejaríamos também sujeitar-nos estritamente ao que diz o Tratado de Montevideu em matéria orçamentária.

Preocupa-nos, também, que a parte de despesas, independentemente de que se esteja falando ou não de reestruturação da ALADI que isto é, logicamente um fenômeno de longo prazo, imediatamente, no exercício de 1995, sim é possível fazer esforços de recorte orçamentário, tal como o tínhamos manifestado. Insistimos em que há quatro parcelas que nos parecem, pelas proporções nas quais se estão manejando aqui as questões que dão margem para um esforço. Voltaremos a citá-las: assessores, viagens, consultores externos e programas especiais somam seiscentos e trinta mil e oitocentos dólares, que isso significa 12,4 por cento do orçamento total de 1995, que praticamente equivale à participação dos três países de menor desenvolvimento relativo. Nestas três parcelas nos estamos levando a quota de três participantes. Diria, simplesmente por contraste com a qualidade dos trabalhos que acabamos de receber da consultoria externa e pelo incompleto dos trabalhos, que todos conhecemos e porque temos setenta e tanto por cento de pessoal altamente qualificado, que faz parte do corpo desta Organização, poderíamos fazer um esforço de compaginação para fazer os trabalhos vitais que têm a ver com o programa de trabalho da Associação.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Apenas para sugerir, à luz das várias manifestações, uma moção -de nove países representados neste Comitê- de reconhecimento aos méritos dos Senhores Chefes das Representações da Venezuela, muito especialmente, e do Uruguai,

pelo desempenho que tiveram respectivamente como Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Orçamento.

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Desejo aderir ao reconhecimento aos Embaixadores da Venezuela e do Uruguai por sua grande tarefa na Comissão de Orçamento e também para recordar que se deve aplicar o artigo 38, letra 1) que, ao poder conseguir estes fundos dos quais tratam estes artigos, certamente beneficiará muitíssimo o orçamento.

Representação da ARGENTINA (Gustavo A. Moreno). Sommo-nos ao agradecimento tanto ao Embaixador da Venezuela quanto à Representação do Uruguai por levar adiante a Comissão de Orçamento que não foi tarefa muito fácil, que levou muitos meses de deliberação e de trabalho. E, igual que outras Representações aqui presentes, Senhor Presidente, queremos fazer constar que a Argentina, como outros países, fez um esforço muito grande para chegar a 19,42 e que quando se tratou o tema da contribuição na Comissão de Orçamento se aceitou a contribuição como montante total, ficando a percentagem congelada para tratá-la novamente quando fosse tratada a percentagem e a contribuição para o ano de 96.

Por conseguinte, da mesma maneira que outras Representações, queremos manifestar que foi um esforço muito grande da República Argentina chegar a 19,42 e que quando se trate o orçamento de 96 começaremos a falar, logicamente, de 19%, que tinha sido acordado na Comissão de Orçamento.

Representação do PERU (Efraín Saavedra). Nesta segunda intervenção, para fazer também constar expressamente o reconhecimento pelo trabalho, a capacidade e o empenho tanto do Presidente quanto do Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Embaixadores Lairer e Cosentino. Muito obrigado, porque graças a seus esforços hoje temos estruturado este orçamento.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez). Somente para aderir ao reconhecimento aos Embaixadores da Venezuela e do Uruguai.

PRESIDENTE. Antes de dar a palavra ao Senhor Representante da Venezuela a Presidência desejaria referendar seu especial reconhecimento e felicitações aos Senhores Representantes da Venezuela e do Uruguai pelo trabalho diligente, eficaz e exitoso que realizaram, dirigindo os trabalhos da Comissão de Orçamento que permitiu concluir felizmente hoje a aprovação de nosso orçamento para 1995.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairer). Senhor Presidente, em primeiro lugar, nosso agradecimento às generosas palavras das várias Representações pelo trabalho que nos correspondeu realizar como Presidente desta Comissão,

mas

que não foi mais que, por um lado, cumprir com o dever e com a missão que nos foi dada de presidi-la e também de fazer um esforço para cumprir com o mandato do último Conselho de Ministros.

Devo agradecer também que a última etapa desta Comissão fosse presidida pelo Embaixador Cosentino, que nos dava tranqüilidade, porque tanto por sua experiência como por sua responsabilidade sabia que estava em boas mãos a condução da Comissão e correspondeu a ele, precisamente, levá-la a feliz término em sua última etapa de trabalho.

Quanto ao trabalho mesmo é evidente que foi mais que o mérito daqueles que presidimos a Comissão, o trabalho conjunto de todos os que assistiram. Devemos dizer que neste sentido nem sempre as Comissões que cria o Comitê de Representantes ou as que existem funcionam com tanta regularidade e com tanta assistência; praticamente em todas as reuniões que fizemos, que foram bastantes, sempre estiveram presentes todas ou a grande maioria das Representações, muitas delas encabeçadas pelos próprios representantes titulares e, em todo caso, por um membro das representações respectivas, que, certamente, tanto nos debates da Comissão como nos trabalhos sucessivos, demonstraram sua reponsabilidade e dedicação.

Corresponde-me também reconhecer o apoio que em todo momento nos deu a Secretaria e não somente o apoio, mas inclusive a compreensão porque, por razões óbvias, em muitas ocasiões, e sobretudo quando tratamos o capítulo de despesas, onde está envolvida a Secretaria, era um pouco incômodo para todos e particularmente para seus membros, quando discutíamos aumentos, despesas e sua distribuição, etc. Mas, além de qualquer observação que se fizesse, sempre houve espírito de colaboração e de apoio, que tornou possível que hoje possamos concluir este trabalho e aprovar aqui no Comitê de Representantes este orçamento para o ano de 1995.

Creio que não é um orçamento a mais da Instituição, senão que representa um esforço importante; está inserido em um mandato concreto do Conselho de Ministros e, evidentemente, como expressou aqui a maioria das representações, de certa maneira é um orçamento também de transição, no sentido de que em muitos casos, para o próximo ano, o ano de 1966, deveremos trabalhar com outros parâmetros, tanto nas contribuições quanto nas despesas, partindo não de cifras caprichosas -não digo isto porque alguém o tenha manifestado- senão no sentido de que deve estar vinculado todo processo de revisão, tanto nas contribuições quanto nas despesas, a um trabalho que discutimos aqui, que discutimos no Grupo Ad hoc, na reunião de responsáveis pela integração, da própria atualização da ALADI e da reestruturação de sua Secretaria. Ou seja, que o orçamento não deve ser mais do que um reflexo do que aspiramos que seja a Associação, um mecanismo instru-

mental, precisamente, para cumprir o melhor possível com nossa tarefa; e, se isso não se reflete ainda no orçamento que estamos aprovando, aspiramos a que possa refletir-se no próximo ano.

Nesse sentido seria conveniente que a Comissão de Orçamento pudesse iniciar seus trabalhos apenas os iniciasse o Comitê de Representantes, certamente conduzido por outras pessoas, mas sempre com a colaboração de todos e que não somente como foi sempre proposto também para discutir o orçamento, mas para fazer o acompanhamento do que agora estamos aprovando. Ou seja que a Comissão de Orçamento tem, por seu próprio Regulamento e pelo mandato do Comitê de Representantes, que atender também como será executado o orçamento do ano de 86 e é possível que ali possamos satisfazer algumas das aspirações que aqui foram apresentadas quanto à revisão das despesas, quanto à possibilidade, que finalmente não se concretizou no orçamento, mas que continua pendente, de conseguir outras contribuições para o trabalho da Associação, contribuições voluntárias ou que foram propostas aqui com relação aos PMDRs, etc., mas que nesse sentido ou sejamos simplesmente uma Comissão que discute um orçamento, senão que faça o acompanhamento do aprovado e proponha novas iniciativas ao Comitê de Representantes.

Por último, mais do que como membro ou Presidente da Comissão, como Representante da Venezuela, quero agradecer a compreensão que demonstraram aqui todas as Representações a respeito de nossas propostas. Lamentavelmente não nos foi possível neste caso, como tem sido tradicional de nosso país, dar uma contribuição maior, mas, os senhores conhecem bem a situação que vivemos atualmente e que certamente vivem os outros países, talvez em uma situação mais crítica, mas que no nosso caso tem a lamentável novidade que a padecemos pela primeira vez. Então, isso nos obrigou a não poder cobrir as expectativas e os próprios compromissos que inicialmente havésemos querido cumprir na hora de discutir as contribuições que a Associação exigia de nós.

Como manifestamos na comunicação enviada nesse momento, isto não significa, em absoluto, indiferença nem deixar de lado nossa responsabilidade e deveres a respeito da ALADI, pelo contrário, continuamos reiterando nossa fé na ALADI, em seu papel, em sua vigência e aspiramos a que no futuro, não só a Venezuela, mas também os demais países possamos dar uma maior contribuição para seus trabalhos.

Representação do PERU (Efraín Saavedra). Simplesmente duas palavras de agradecimento à Presidência do Comitê pela maneira como conduziu também para alcançar a fórmula obtida, sobretudo hoje e anteriormente.

Representação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Há uma música do final dos anos de 60, início

mas

dos anos de 70 no Brasil, que foi quase como um hino dos estudantes na resistência ao autoritarismo militar e que falava de várias coisas que eram difíceis: de uma realidade cotidiana dos anos de "chumbo", mas os estudantes também falavam de coisas mais leves e ao falarem de coisas mais leves há um verso nessa música que diz: "E para que não digam que não falei de flores". Então, queria dizer, para não dizer que não falei de flores que a Representação do Brasil queria deixar um expresso registro dos agradecimentos pelos trabalhos da Secretaria-Geral em todo o processo do orçamento.

Também queria apoiar a idéia do Representante venezuelano para que a Comissão de Orçamento retome seus trabalhos no próximo ano, logo que o Comitê de Representantes inicie suas sessões. E esse trabalho da Comissão de Orçamento deveria ser feito com bases regulares e se trataria não só de elaborar o orçamento de 96, senão também de acompanhar cuidadosamente a execução do orçamento de 95.

SECRETARIO-GERAL a.i. Nesta ocasião, a Secretaria também não desejaria deixar de agradecer especialmente aos países-membros, em particular às distintas Representações, pelo esforço tão importante que fizeram para que este orçamento de 1995 fosse aprovado, que considero que aponta para uma nova realidade do processo de integração e na qual também deverão estar compreendidas as atividades futuras de nosso trabalho, especialmente da Secretaria.

Outrossim, agradecemos ao Senhor Presidente, o Embaixador Lairé, e ao Vice-Presidente, o Embaixador Cosentino, por suas valiosas gestões e, sobretudo, por sua compreensão de nosso apoio, que em alguns momentos, talvez, não fomos muito expeditos, mas isso aconteceu por existir alguma complexidade na solicitação dos dados.

Por outro lado, também a Secretaria queria assinalar que para a elaboração do orçamento de 1996, serão levadas em conta, muito especialmente, as constâncias feitas aqui pelos Senhores Representantes a respeito de diferentes tópicos, conceitos e itens a serem levados em conta, que estimamos apontam para uma modernização de nosso orçamento.

Também queríamos assinalar que este orçamento de 1996 terá um enfoque muito particular, na medida em que os países-membros possam ir dando pautas e tomando decisões sobre o referente à articulação e convergência, que certamente dará um quadro muito especial de nosso processo regional.

No tocante ao tema da reestrutura, tal como é o sentimento da Secretaria-Geral, faremos o máximo esforço para realizar em 1995 um estudo muito profundo e particular, não só na parte orgânica senão na parte da gestão e, tal como o adiantou em algum momento nosso Secretário-Geral e meu

mas

colega Rojas, aspiramos a deixar em nossa gestao uma Secretaria moderna e eficiente.

Finalmente, quero agradecer tambem aos funcionarios da Secretaria-Geral, meus colaboradores e os colaboradores de meu colega Rojas, pelo esforco feito para acompanhar o estudo e a análise técnica do orçamento que se está aprovando.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Pergunto se temos pronto o documento revisado do Regulamento de Observadores. Se não é assim, poderíamos passar a "Outros assuntos", enquanto é distribuído o Regulamento de Observadores revisado.

SECRETARIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, o Doutor Rojas tem um ponto para propor a este Comité.

5. Outros assuntos.

- Encontro Regional de Instituições Financeiras e Entidades Bancárias (Caracas, 28-30 de novembro).

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Simplesmente para informar que na próxima semana, nos dias 28, 29 e 30 de novembro, se realizará em Caracas um Encontro Regional de Instituições Financeiras e Entidades Bancárias, auspiciado pelo Sistema Econômico Latino-Americano, a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras e a Federação Latino-Americana de Bancos, FELABAN, oportunidade na qual se contará com a participação do Embaixador Efraín Darío Centurión, que, atuando em caráter de Diretor Principal de FONPLATA, participará de um painel sobre o papel dos organismos financeiros na região; igualmente um funcionário da Secretaria-Geral participará do mesmo Encontro em relação aos instrumentos de apoio financeiro ao comércio intra-regional. Nessa oportunidade a Secretaria novamente fará uma exposição extensa sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos que está vigente na Associação. Isso era tudo o que teria para informar, Senhor Presidente.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Como o Senhor Secretário-Geral fez referência à reunião que começará na próxima segunda-feira em Caracas sobre as instituições financeiras da América Latina e do Caribe e os Sistemas de Integração Econômica, considero muito importante a participação deste funcionário da ALADI. Esta reunião, auspiciada pelo SELA, com a coparticipação da FELABAN, Federação Latino-Americana de Bancos e, também com o apoio de ALIDE, creio que será uma importante oportunidade na qual se analisará qual o papel das

instituições financeiras da América Latina para o apoio aos sistemas de integração.

De modo, Senhor Presidente, que efetivamente estaremos ali para coadjuvar nas melhores fórmulas possíveis para o melhor desempenho de estas duas grandes áreas, e sobretudo tão importantes para a elaboração de novos planos; em nosso caso, por exemplo a ALADI.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas). Creio que a ALADI estará muito bem representada nessa reunião de Caracas mas, para os que não temos possibilidade de ir a Caracas, creio que bem valeria a pena, Senhor Presidente e, é uma sugestão para Vossa Excelência, que em algum momento, na agenda do Comitê de Representantes, tenhamos a possibilidade de conhecer a evolução dos Acordos de Pagamento e os Convênios de Crédito Recíproco, porque sobre essas matérias creio que muito poucas vezes o Comitê de Representantes tem oportunidade de interiorizar-se. Então, bem valeria a pena que Vossa Excelência, em algum momento pudesse incluir em nossa agenda de trabalho algumas coisas referentes ao andamento dos Acordos de Pagamentos e os Convênios de Crédito Recíproco, que é muito importante para vê-lo no contexto do comércio que analisa periodicamente a Associação.

PRESIDENTE. Acolho com a maior simpatia esta sugestão sobre um tema tão importante e, naturalmente, coordenaremos com a Secretaria-Geral para que na primeira oportunidade nos faça uma exposição detalhada sobre o mesmo.

- Constância da Representação da Colômbia

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Desejaria manifestar que nossa Representação deseja deixar plena constância de que no dia 16 de novembro foi suspensa a sessão 543 por falta de quórum, com a presença dos seguintes países: Brasil, Chile, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

De acordo com a Resolução 1 do Comitê de Representantes, no seu artigo 18, requer-se para uma sessão dois terços dos países-membros.

Quando nossa Representação chegou, encontrou-se com a surpresa de que a reunião mencionada tinha sido suspensa. Justamente, éramos o oitavo país e, de acordo com o documento sobre Assuntos em pauta, ALADI/SEC/di 2.311, segundo a ordem do dia, o primeiro ponto a tratar era realmente pertinente à Colômbia. Não obstante, nos manifestaram que o tema importante era o orçamento e a Bolívia não podia assistir, que era quem faria observações ao mesmo, com base no estabelecido por seu Governo.

Desejaríamos deixar esta constância expressa, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Naturalmente, Senhor Representante da Colômbia mas, a Presidência se permitiria fazer um esclarecimento.

Essa reunião não foi suspensa por falta de quórum, porque não havia forma de tratar os dois temas que estavam inscritos na ordem do dia; a pedido dos Representantes, a respeito do orçamento, e no tocante ao Regulamento de Observadores, em função de que não tinha sido esgotada a discussão do tema e, portanto, não parecia pertinente nem prudente considerá-lo em uma sessão formal.

Como dizia, fica constância de sua apresentação, mas a verdade é que essa sessão não foi suspensa por falta de quórum senão pelas razões que expliquei. Muito obrigado, Senhor Representante da Colômbia.

O Senhor Representante da Colômbia solicita a palavra. Ofereço-a com muito prazer.

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Precisamente, na ordem do dia da sessão convocada para o dia 16 de novembro, o ponto 2 tratava sobre "Assuntos em pauta", documento ALADI/SEC/di 2.311, e incluía em seu primeiro ponto o tema que realmente interessava à Colômbia. Simplesmente reafirmamos nossa constância.

PRESIDENTE. Uma vez esgotado este tema consideraríamos o ponto referente ao Regulamento de Observadores, que considero que já foi distribuído pela Secretaria-Geral.

- Regulamento de Observadores.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas). Senhor Presidente, já recebemos o Regulamento de Observadores.

Pediria a Vossa Excelência solicitar ao Comitê, suspender o tratamento deste tema porque, a verdade seja dita, temos algumas observações que fazer, porque aqui há erros de conceito que poderiam prejudicar a boa imagem da própria Instituição. Estamos criando uma série de figuras que em todo caso, em lugar de favorecer toda a tramitação da participação dos observadores, gerará uma série de dificuldades que bem vale a pena, à luz deste texto, se não houvesse inconveniente, suspender seu tratamento para uma nova oportunidade.

Representação da VENEZUELA (Germán Lairé). Nesse sentido tínhamos intervindo na reunião informal, precisamente; agora nos congratulamos de que o Embaixador Cabezas o acolha e logicamente tem todo nosso apoio.

Representação da COLOMBIA (Antonio Urdaneta). Apoiamos a solicitação do Equador.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). No mesmo sentido.

PRESIDENTE. Portanto, o texto do Regulamento de Observadores será inscrito na ordem do dia de uma próxima sessão para sua consideração e, e se for o caso, aprovação.

Não havendo outro assunto, concluímos esta sessão do Comitê.

- Encerra-se a sessão.
